

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 2678/2020-PGJ, DE 10.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 13.8.2020, o 1º período de férias do Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, concedidas por meio da Portaria nº 2303/2020-PGJ, de 30.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° e-11/2020/PGJ, DE 4.8.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Tonya Roberta Pettengill Novaes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 22.10.2020 e 5 a 14.4.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1 a 10.10.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-15/2020/PGJ, DE 6.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Francislene de Souza Guerreiro, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.1.2021 e 19 a 28.7.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.11 a 9.12.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-19/2020/PGJ, DE 7.8.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Ruth Dayana da Rosa Vera, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 30.1.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.10.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-20/2020/PGJ, DE 7.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.3.2021 e 12 a 21.7.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.10.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-22/2020/PGJ, DE 12.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Ewerton Cardoso da Silva, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.7.2021 e 10 a 19.1.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1 a 10.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-23/2020/PGJ, DE 12.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Giovane Soares de Lima, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 26.1.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.9 a 7.10.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-24/2020/PGJ, DE 12.8.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Paulo Matias Guimarães, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.11.2020 e 7 a 16.1.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.10.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-25/2020/PGJ, DE 12.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Phelipe Alves de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.8.2021 e 8 a 17.12.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.4 a 2.5.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2672/2020-PGJ, DE 7.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1615/2019-PGJ, de 10.5.2019, e suas modificações, na parte em que concedeu o 2º período de férias à então servidora Ilkia Larissa Bumbieris Queiroz, que seria usufruído de 3 a 12.11.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2666/2020-PGJ, DE 7.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Silvia Mara Manvailer Gomes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17.7 a 14.9.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 19, inciso II, alínea “d”, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, o artigo 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, com a redação dada pela Lei nº 5.101, de 1º de dezembro de 2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2668/2020-PGJ, DE 7.8.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar as servidoras Arielle Silva Steiner, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, e Lailene Couto Penteado, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestarem serviços no Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Nevid).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2020, ÀS 14 HORAS, POR TELECONFERÊNCIA.**

1. Abertura, conferência do “quorum” e instalação da reunião.
2. Leitura, votação e assinatura das atas nº 3/2020 (ordinária), nº 4/2020 (extraordinária), 02/2020 (solene) e 03/2020 (solene).
3. Comunicações do Presidente.
4. Comunicações do Corregedor-Geral do Ministério Público.
5. Comunicações do Secretário.
6. Comunicações dos Procuradores de Justiça.

7. Processos:**7.1. Processo PGJ/10/1992/2019 – Recurso**

Recorrente: Servidor do Ministério Público Estadual.

Assunto: Apuração de fatos ocorridos no âmbito da Divisão de Transportes.

Advogado: Bruno Terence Romero R. G. Dias – OAB/MS 9.381 e Lais Peixoto Tiburcio – OAB/MS 18.876.

Relator: Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti.

Revisor: Procurador de Justiça Miguel Vieira da Silva.

O Procurador de Justiça Aroldo José de Lima pediu vista dos autos na reunião do dia 6.2.2020.

7.2. Processo PGJ/10/4218/2019 - Recurso

Recorrente: Servidor do Ministério Público Estadual.

Assunto: Apuração de fatos.

Advogado: Bruno Terence Romero R. G. Dias – OAB/MS 9.381 e Lais Peixoto Tiburcio – OAB/MS 18.876.

Relatora: Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

Revisor: Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves.

**7.3. Sindicância nº 10.2019.00000123-9 - Recurso**

Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual.

Requerente: Membro do Ministério Público.

Assunto: Recurso Administrativo contra decisão da Corregedoria-Geral do MP.

Advogado: André Borges – OAB/MS nº 5.788.

Relator Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

Revisora Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva.

7.4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00004170-0

Requerente: Secretária-Geral do MPMS

Assunto: Proposta de resolução disciplinando a celebração de termo de ajustamento de conduta em sindicâncias e processos administrativos disciplinares relativos a servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. Processo da Comissão de Regimento e Normas:**8.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº: 09.2020.00001421-3**

Requerente: Promotorias de Justiça de Três Lagoas

Assunto: Analisar pedido formulado pelas Promotorias de Justiça Residuais e pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas no sentido de incluir atribuições criminais afetas ao Patrimônio Público e Social nas atribuições da 2ª Promotoria de Justiça.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

9. Assuntos Institucionais:**9.1. Corregedoria-Geral do MP:**

1. Ofício nº 0598/2020/CGMP/MS, de 10.7.2020, encaminha relatório das atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público durante a gestão 2018/2020, referente ao mandato do Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva como Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e do Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto Corregedor-Geral Substituto.

2. Ofício nº 0579/2020/CGMP/MS, de 7.7.2020, encaminha Relatório Circunstanciado das Correções Ordinárias realizadas nas Procuradorias de Justiça Cíveis, Criminais e de Interesses Difusos e Coletivos, de acordo com o Aviso nº 06/2020/CGMP, publicado no DOMP n. 2.160, de 10.3.2020, em obediência ao disposto nos artigos 19, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 14/2019-CPJ, de 02 de dezembro de 2019 (Regimento Interno CGMP) e artigo 19, I, letra n, da Resolução nº 004/2016-CPJ, de 05 de setembro de 2016 (Regimento Interno do CPJ).

9.2. Portaria nº 2319/2020-PGJ, de 30.6.2020, que concedeu *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda, a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, no período de 1º a 10.7.2020.

10. Encerramento da reunião.

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO N° 44/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil n° 06.2016.00001536-6** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - Assunto: Apurar irregularidades no cumprimento dos plantões atura de ponto de frequência por parte de médicos lotados na Secretaria Municipal de Campo Grande. **2) Inquérito Civil n° 06.2017.00001403-8** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital Regional de MS - Assunto: Apurar irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria n° 35/2017. **3) Inquérito Civil n° 06.2018.00000241-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Construtora Caiapó Ltda. - Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental em Área de Preservação Permanente do Córrego Mantena, localizada às margens da BR-262 deste Município, praticado pela pessoa jurídica de direito privado Construtora Caiapó Ltda. **4) Inquérito Civil n° 06.2018.00000265-7** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - Assunto: Apurar falta/insuficiência de equipamentos/aparelhos e insumos no Centro de Especialidades Médicas de Campo Grande - CEM. **5) Inquérito Civil n° 06.2018.00000924-0** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Juarez de Oliveira - Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual ato de improbidade administrativa na conduta do vereador Juarez de Oliveira ao insinuar, em sessão extraordinária, a cobrança de propina para aprovação do projeto de lei que altera o PCCR dos servidores públicos municipais e a origem de tal verba. **Advogados: Paulo César Nunes da Silva, OAB-MS n° 12.293 e Heltonn Bruno Gomes Ponciano Bezerra, OAB-MS n° 18.634 (NUNES & GOMES Advocacia e Assessoria S.S).** **6) Inquérito Civil n° 06.2018.00001006-8** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Antonio Nivaldo Mulon, Juliano Alves Marangoni e Marco Antonio Pasquini - Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente consistente no uso irregular para atividade agrícola de 8,9267ha de área destinada a preservação permanente, na propriedade rural denominada fazenda Nossa Senhora Aparecida, matrícula do imóvel n° 5.459, no município de Deodápolis/MS. **7) Inquérito Civil n° 06.2018.00001187-8** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Los Angeles. (IC n° 33-2015, migrado para o SAJMP). **8) Inquérito Civil n° 06.2018.00001189-0** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Alves Pereira. (IC n° 38-2015, migrado para o SAJMP). **9) Inquérito Civil n° 06.2018.00001550-8** - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a eventual prática de conduta lesiva aos direitos dos consumidores, colocando-os em evidente situação de vulnerabilidade, praticadas por proprietários e administradores de postos de combustíveis de Dourados, através do aumento arbitrário e sem justa causa do preço de combustíveis, no contexto do movimento grevista nacional da classe dos caminhoneiros. **Advogado: Aparecido Gomes Moraes, OAB-MS n° 4.385.** **10) Inquérito Civil n° 06.2018.00002318-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Amambai Madeiras Ltda., e Marialba Piovesan - Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, revelada pela formação de estoque de madeiras serradas, sem cobertura ou em desacordo com o documento de origem florestal - DOF. (IC n° 08/2015, migrado para o SAJMP). **Advogado: Mauro Gilberto Santana, OAB-MS n° 6.583.** **11) Inquérito Civil n° 06.2018.00002420-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposta irregularidade no pagamento de diárias à servidora Silem dos Anjos Sales Horii. **12) Inquérito Civil n° 06.2018.00003266-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais práticas ilegais na utilização do sistema de cartão Taurus Card do Município ou mesmo a legalidade desse serviço contratado. **13) Inquérito Civil n° 06.2018.00003479-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerentes: Rodrigo Santos Bondezan e o Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Vicentina/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas durante o Processo Licitatório -



Pregão Presencial nº 01/2015 – Processo Administrativo nº 011/2015 - realizado pelo município de Vicentina, que caracterizam, em tese, atos de improbidade administrativa. (IC nº 02/2015, migrado para o SAJMP). **14) Inquérito Civil nº 06.2018.00003615-8 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul. (IC nº 02/2016, migrado para o SAJMP). **15) Inquérito Civil nº 06.2019.00000095-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Salete da Silva Camara, proprietária da fazenda São Matheus - Assunto: Apurar erosão no córrego Falha Padre, localizado no Município de São Gabriel do Oeste supostamente praticada pela fazenda São Matheus. **16) Inquérito Civil nº 06.2019.00000216-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível atos de improbidade administrativos praticados por servidores públicos municipais, consistentes em solicitar vantagem indevida para prestação de incentivos à empresa pertencente à pessoa de Yong Ho Shin. **17) Inquérito Civil nº 06.2019.00000782-3** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Unimed - Campo Grande MS Cooperativa de Serviços Médicos Ltda. - Assunto: Apurar possível prejudicialidade aos direitos coletivos (lato sensu) dos consumidores em razão da prática de cobrança indevida de valores (honorários de instrumentador) por médicos credenciados à UNIMED Campo Grande MS. **Advogados: Vladimir Rossi Lourenço, OAB-MS nº 3.674 e Rodrigo Marques Moreira, OAB-MS nº 5.104 (ROSSI LOURENÇO Advogados) e o Advogado: Luis Marcelo B. Giummarresi, OAB-MS nº 51196 (Giummarresi Dorval & Advogados Associados).** **18) Inquérito Civil nº 06.2019.00001357-0 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **19) Inquérito Civil nº 06.2019.00001867-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Carlos Alberto Schlatter, Jonas Mulari Schlatter, Samuel Schlatter, Waldir Benedicto Piovezan e Walter Schlatter - Assunto: Apurar desmatamento de 2.200 m² em área de Savana Arborizada, na fazenda Bela Alvorada, em Paraíso das Águas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 450/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **Advogado: Jonatas de Lima Barros, OAB-MS nº 11.690 (Barros & Araújo Advogados Associados).** **20) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000331-6** - 17ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar eventuais irregularidades relacionadas ao FUNDEB no município de Dourados/MS. **21) Inquérito Civil nº 06.2020.00000408-1 - (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

Campo Grande, 10 de agosto de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE002782 DE 10.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2257/2020**

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019 – Ata Registro de Preços nº 1/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 12.591,50 (doze mil quinhentos e noventa e um reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE002782 de 10.08.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE002785 DE 12.08.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2256/2020

Credor: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019 – Ata Registro de Preços nº 2/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE002785 de 12.08.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1934/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ÁBACO TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA**, representada por **Lenil Kazuhiro Moribe**.

Licitação: Inexigida.

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico remoto pela Central de Relacionamento, de serviço de suporte técnico presencial, de serviços de manutenção (evolutiva legal, corretiva, preventiva e acompanhamento periódico), e de serviços sob demanda (novas funcionalidades, manutenção adaptativa, treinamento e capacitação) para o sistema Turmalina na versão *Web* e Portal de Serviços *Web*, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da lei, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), proprietário da licença, do direito de uso ilimitado e do código fonte.

Valor total: R\$ 1.234.332,00 (um milhão duzentos e trinta e quatro mil trezentos e trinta e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE002697, datada de 31 de julho de 2020.

Vigência: 10.08.2020 a 10.08.2021.

Data de assinatura: 10 de agosto de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AMAMBAI****RECOMENDAÇÃO 0003/2020/01 ZE/AMB**

Procedimento Preparatório Eleitoral : 06.2020.00000740-1
Órgão de execução : Promotor(a) da 1ª Zona Eleitoral de Amambai
Recomendação : 0003/2020/01
Requerente : Procuradoria Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto : Coleta de subsidios referente eventual irregularidade no desenvolvimento de ações e providências relacionadas ao COVID-19 (coronavírus) e propaganda institucional em ofensa às normas eleitorais, no Município de Paranhos (MS), conforme Nota Técnica 01/2020 da Procuradoria Regional da República.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pleos artigos 6º, XX e 72. Da Lei Complementar n. 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII -no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente àqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII -em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de



1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a médios gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos—financeiros ou humanos—públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições —como os aqui indicados— e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal de Paranhos e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Paranhos:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15 de agosto de 2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à Covid-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;

3) Que, até 14 de agosto de 2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, *outdoors*, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões



que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 01 janeiro a 15 agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

5) todos os Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais e demais agentes públicos alcançados pelas mencionadas disposições sejam cientificados a também adotarem as cautelas acima descritas;

Destaca-se que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente). E que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

Ademais, o Ministério Público requisita ao(s) destinatário(s) desta recomendação que, no prazo de 10 dias úteis informem a respeito do cumprimento da Recomendação.

Determinações ao apoio

Sendo assim, determino ao apoio desta Promotor(a) da 1ª Zona Eleitoral de Amambai:

- Expeça-se ofício aos destinatários da recomendação, encaminhando-a.
- Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Presidente da Câmara Municipal, para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo, bem como dar conhecimento aos demais vereadores.
- Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral.
- Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Núcleo Eleitoral do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.
- A publicação da recomendação no DOMP.
- Realizem-se as movimentações e lançamentos necessários no sistema.
- Venham os autos conclusos no término do prazo da resposta, hipótese na qual deverá ser certificado o recebimento do ofício e seu não atendimento. Aportando resposta nesta Promotoria de Justiça, junte-se aos autos e faça conclusão.

Amambai, 30 de julho de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor Eleitoral



MARACAJU

PORTARIA Nº: 09.2020.00002653-1

(art. 3º, inc. IV, da Res. nº 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012)

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Maracaju e Secretaria Municipal de Assistência Social

Objeto: *Acompanhar a realização do diagnóstico da situação dos serviços de acolhimento para pessoas idosas e para pessoas com deficiência, em virtude da pandemia por Doença Infecciosa Viral - COVID-19.*

Nível de sigilo: Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2 Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, "a", da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que a Resolução nº 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012, autorizou a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não, de instituições e de políticas públicas e demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, a qual se entende como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO as orientações contidas no Informativo nº 5, da Força-Tarefa deste MPMS, no tocante à garantia de manutenção aos atendimentos prestados pelos CRAS e CREAS, nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, visto que o apoio material e o suporte psicossocial neste momento são primordiais, pois diz respeito à parte da sociedade que se enquadra no atendimento prioritário;

CONSIDERANDO a importância de se estabelecer a articulação dos serviços de assistência social local junto à rede de saúde municipal, objetivando elaborar um planejamento que se atente às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e das autoridades sanitárias com intuito de garantir a adequação dos serviços de acolhimento;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 65, de 6 de maio de 2020, expedida pela Secretaria Nacional de Assistência Social expõe orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social dos estados e municípios disciplinando medidas e procedimentos que possam mitigar o alto risco da transmissibilidade da doença;

CONSIDERANDO a previsão da Nota Técnica nº 12/2020 do SUAS, que norteia a sistematização do serviço de acolhimento de idosos e de pessoas com deficiência, destacando a reorganização dos serviços, o mapeamento das demandas, a implementação de um série de medidas de segurança a fim de reduzir os riscos de transmissão da COVID-19, a adoção de mecanismos que assegurem maior agilidade na identificação e manejo dos casos suspeitos nas unidades de acolhimento, em prol da vida dos profissionais e dos acolhidos ali residentes;

CONSIDERANDO que a mencionada Nota Técnica traz à baila, sugestão de formulário a ser utilizado para o devido monitoramento das instituições de longa permanência para apoiar a realização do diagnóstico da situação vivenciada por cada instituição de acolhimento;

Assim, INSTAURA-SE o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO e, nos termos da Resolução nº



015/2007-PGJ, nomeia-se para secretariar os trabalhos os servidores Técnicos I Luciano Paulo Portella e Liliane Rosa da Silva, independentemente de compromisso, determinando-se o cumprimento das seguintes PROVIDÊNCIAS:

I) Registre-se e autue-se o competente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, juntamente com os documentos que o instruem;

II) Encaminhe-se a presente Portaria para publicação no Diário Oficial do MP/MS;

III) Expeça-se OFÍCIO à SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, instruído com cópia desta Portaria e do formulário de fls. 11/21, com a finalidade de sobreavisar acerca da Portaria nº 65, de 6 de maio de 2020, que visa promover a articulação da rede municipal de assistência social no tocante ao monitoramento das Instituições de acolhimento de idosos e de pessoas com deficiência.

IV) Após, nova vista para avaliar a necessidade de se requisitar informações complementares ou outras providências.

Cumpra-se.

Maracaju/MS, 06 de agosto de 2020.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0020/2020/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000951-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Nayara de Oliveira Pereira

Assunto: apurar eventual ocorrência de atos de improbidade administrativa decorrentes da utilização do gabinete de Vereadora da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo para fins particulares.

Ribas do Rio Pardo, 10 de agosto de 2020.

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EDITAL Nº 0008/2020/PJ/AID

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002319-0

Partes: Município de Anaurilândia/MS

Objeto: Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município de Anaurilândia no 5º termo Aditivo ao TAC.

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

5º ADITIVO

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Anaurilândia/MS e Edson Stefano Takazono, Prefeito do Município de Anaurilândia/MS, em 17/07/2020, tendo por objeto as obrigações que o compromissário assume consistentes na implantação e iluminação do campo de futebol do Distrito da Vila Quebracho, que no âmbito do Poder Legislativo, autorizou por meio da Lei Municipal nº 772 de 7 de julho de 2020, para utilização de parte da Reserva Mínima de Longo Prazo (RMLP), sem necessidade de realização de audiência pública, para implantação e iluminação do campo de futebol descrito acima; no âmbito do Poder Executivo, que disponibilize de recursos necessários existentes na Reserva Mínima de Longo Prazo, para executar as obras conforme projeto apresentado pelo Município de Anaurilândia, ficando autorizado o compromissário nos termos estabelecidos na Cláusula Quinta do Termo de Conduta, ora aditivado, a utilizar do Fundo de Reserva Mínima de Longo Prazo o montante de R\$76.893,63 (setenta e seis mil, oitocentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos), destinado exclusivamente para implantação e iluminação do campo de futebol do Distrito da Vila Quebracho, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.ms.br, bem como na Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS, localizada na Mal. Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Cep: 79.770-000, Telefone (67) 3445-1393.

Anaurilândia/MS, 17 de julho de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO

Promotor de Justiça

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0006/2020/39 ZE/DPS.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 09.2020.00002635-3.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00002635-3, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, CAOPPE - Centro de Apoio Operacional da Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral.

Interessado: partidos Políticos e Coligações que concorrerão às eleições.

Objeto: Acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por partidos e coligações nas Eleições 2020 nos Municípios de Deodápolis e Glória de Dourados.

Deodápolis/MS, 10 de agosto de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor Eleitoral.

**RECOMENDAÇÃO Nº 0004/2020/39 ZE/DPS.**

PA ELEITORAL Nº 09.2020.00002635-3.

REQUERENTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

REQUERIDOS: Partidos políticos e coligações que concorrerão às eleições municipais em Deodápolis e Glória de Dourados.

OBJETO: Acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por partidos e coligações nas Eleições 2020 nos Municípios de Deodápolis e Glória de Dourados.

RECOMENDAÇÃO Nº 0004/2020/39 ZE/DPS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da Promotoria de Justiça Eleitoral da 39ª Zona Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento nos arts. 127, *caput*, e 129, II e IX, da CF/88, nos arts. 6º, XX, e 72 da Lei Complementar nº 75/93, no art. 27, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), no art. 3º da Resolução CNMP nº 164/2017, no art. 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94 e nos arts. 5º e 44 da Resolução nº 15/2007/PGJ e,

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília estabelece como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto a utilização racional do mecanismo da judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília estabelece, ainda, como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público, a utilização de mecanismos de resolução consensual, como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas, as convenções processuais, os acordos de resultado, assim como outros métodos e mecanismos eficazes na resolução dos conflitos, controvérsias e problemas;

CONSIDERANDO que a Carta de Brasília estabelece, ainda, como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público, o esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação, Termo de Ajustamento de Conduta, Projetos Sociais e adoção do arquivamento resolutivo sempre que essa medida for a mais adequada;

CONSIDERANDO que o art. 127, *caput*, da CF/88 dispõe que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que a atuação preventiva do Ministério Público, na defesa do regime democrático, da igualdade de oportunidades entre candidatos e da lisura do pleito, é importante para ajudar a evitar atos ilegais no processo eleitoral, a exemplo de ilegalidades e irregularidades no processo de escolha e registro de candidaturas por partidos políticos e coligações nas eleições municipais de 2020;

CONSIDERANDO a proximidade das convenções partidárias (31 de agosto a 16 de setembro – EC 107/2020), bem como a necessidade de os partidos políticos respeitarem toda a legislação eleitoral, especialmente a Lei nº 9.504/97 e a Resolução TSE nº 23.609/2019, que disciplina os procedimentos de escolha e registro dos candidatos nas eleições 2020;

CONSIDERANDO que o órgão partidário municipal deve estar devidamente constituído e registrado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral até a data da convenção (art. 2º da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que nas eleições municipais de 2020 estão vedadas as coligações proporcionais, ou seja, para a eleição de vereadores, bem como cada partido só pode registrar candidatos até 150% das vagas a preencher (art. 17, § 1º, CF/88, art. 10, da Lei 9.504/97 e Consulta TSE nº 600805-31/DF);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, e no artigo 17, § 2º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, que determinam que cada partido deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero;



CONSIDERANDO que, no cálculo do percentual mínimo (30%), de observância obrigatória, o arredondamento de qualquer fração deve ser sempre para mais, nos termos do art. 17, § 3º, da Resolução TSE nº 23.609/2019¹;

CONSIDERANDO que o cálculo dos percentuais de candidatos para cada gênero terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido e deverá ser observada, também, nos casos de vagas remanescentes ou de substituição, sob pena de indeferimento do pedido de registro do partido – DRAP, e, por consequência, o indeferimento de todos os candidatos a vereador daquele partido (art. 17, §§ 4º e 6º e art. 48, da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que a inclusão de "candidaturas fictícias" ou "candidaturas-laranja", isto é, aquelas que existem apenas para preencher o percentual mínimo de 30% exigido em lei, pode caracterizar abuso do poder político ou fraude eleitoral, que acarreta o indeferimento ou a cassação de todos os candidatos do partido, mesmo que já eleitos, seja através da Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE (art. 22, da LC 64/90, quando detectado antes da diplomação), seja através da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIMÉ (art. 14, § 10, da CF, quando o fato for detectado após a diplomação), conforme precedentes do TSE nesse sentido²;

CONSIDERANDO que a apresentação de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e a efetiva promoção de campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, pode caracterizar crime de falsidade ideológica (art. 350, do Código Eleitoral) e ato de improbidade administrativa, acarretando para o agente a obrigação de devolver ao erário o que recebido durante a licença, além das demais sanções previstas na Lei nº 8.429/92 (multa, suspensão dos direitos políticos, perda do cargo, dentre outras);

CONSIDERANDO que os candidatos devem preencher todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidir em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que as causas de inelegibilidades previstas na LC nº 64/1990, alterada pela LC nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), serão aplicadas integralmente nas eleições de 2020, pois foram declaradas constitucionais pelo STF, quando do julgamento conjunto das ADCs nº 29 e 30 e da ADI nº 4578, em 16/02/2012, inclusive sobre fatos pretéritos e pelo prazo de oito anos do fato gerador da inelegibilidade previsto em lei, o que impõe aos partidos políticos critérios rigorosos na escolha e indicação de seus candidatos para que, além de preencherem as condições de elegibilidade, não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade;

CONSIDERANDO que a ata das convenções partidárias deve obedecer aos requisitos e procedimentos formais previstos no art. 6º, §§ 3º a 9º, e no art. 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que a ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura poderá ser suprida pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE nº 55) ou por declaração de próprio punho do candidato, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, sob pena de indeferimento do registro de candidatura;

CONSIDERANDO que eventuais certidões criminais positivas de candidato devem ser acompanhadas de certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que o RCC já deve ser apresentado com a prova da desincompatibilização, se for o caso, para os candidatos de quem a lei exige o afastamento prévio, conforme exige o art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO o prazo exíguo entre o final das convenções (dia 16 de setembro) e o registro de candidaturas (dia 26 de setembro), bem como que o pedido de registro perante a Justiça Eleitoral deverá ser apresentado somente em meio digital gerado pelo Sistema CANDex, com transmissão pela *internet*, até o dia anterior ou com entrega em mídia à

¹ Assim, por exemplo, se o partido lançar um total de 14 candidatos, terá que ter, no mínimo, 5 mulheres candidatas, pois 30% de 14 é igual a 4,2, número que deve ser arredondado para 5, e o máximo de 9 homens.

² Recurso Especial Eleitoral nº 19392, de 04/10/2019; Ação Cautelar nº 060048952, de 12/03/2020 e Recurso Especial Eleitoral nº 319, de 12/03/2020;



Justiça Eleitoral, até as 19h do dia 26/09, instruídos eletronicamente com vários documentos exigidos pela legislação³;

CONSIDERANDO que os formulários de DRAP e de RRC, gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, devem ser impressos e assinados pelos responsáveis.

Destaca-se que os formulários e documentos devem ficar sob a guarda dos respectivos partidos políticos ou coligações até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais, permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado.

Podem, ainda, ter sua exibição exigida pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, *caput* e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE nº 23.610/2019);

CONSIDERANDO que, mesmo escolhidos em convenção partidária, a propaganda eleitoral dos candidatos só é permitida após 26 de setembro de 2020, nos termos do art. 1º, § 1º, IV, da EC 107/2020, e forma da Resolução TSE nº 23.610/2019, bem como a arrecadação e gastos de campanha só são permitidos após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE nº 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito o candidato;

E CONSIDERANDO, por fim, que, em razão da atual pandemia de COVID-19, o TSE considerou lícita a realização de convenções partidárias por meio virtual, bem como regulamentou a situação na Resolução TSE nº 23.623/2020, o que restou positivado na EC nº 107/2020, art. 1º, § 3º, III;

RECOMENDA aos diretórios municipais dos partidos políticos nos municípios de Deodápolis e de Glória de Dourados, que, sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:

1 - Verifiquem, antes da convenção partidária, se o órgão de direção partidária municipal está devidamente constituído e regularizado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral, conforme exige o art. 2º da Resolução TSE nº 23.609/2019⁴;

2 – Diante da vedação das coligações proporcionais, escolham, em convenção, candidatos até o máximo de 150% das vagas a preencher, nos termos do art. 17, § 1º, CF/88, do art. 10 da Lei nº 9.504/97 e da Consulta TSE nº 600805-31/DF;

3 - Observem o preenchimento de, no mínimo, 30% e, no máximo, de 70% para candidaturas de cada gênero, mantendo estas porcentagens durante todo o processo eleitoral, mesmo no caso de preenchimento de vagas remanescentes ou de substituições, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, conforme art. 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

4 - Formem suas listas de candidatos a vereador com no mínimo 30% do gênero minoritário, calculando esse percentual sobre o número total de candidatos efetivamente levados a registro e arredondando qualquer fração sempre para cima, conforme art. 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

5 - Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a vereador, de "candidaturas fictícias" ou "candidaturas-laranja", ou seja, de pessoas que não disputarão efetivamente a eleição, não farão campanha e não buscarão os votos dos eleitores, especialmente para o preenchimento do mínimo de 30% da cota de gênero, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, que pode ser objeto de ação judicial antes ou depois da diplomação (AIJE ou AIME), bem como possível caracterização de crime eleitoral;

6 – Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a vereador, de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, sob pena de caracterização de crime eleitoral e ato de improbidade administrativa;

³ Arts. 18 a 30 da Resolução TSE nº 23.609/2019.

⁴ Em regra, a consulta está disponível no *site* do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, na aba "Partidos"; ou em contato com o mesmo Tribunal;



7 – Só escolham em convenção candidatos que preencham todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019), notadamente aquelas previstas no art. 14, §§ 4º a 8º, da CF/88, e todas as hipóteses da LC nº 64/1990, Lei das Inelegibilidades, alterada pela LC nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa). Para tanto, os partidos devem promover análise minuciosa da situação jurídica e da vida pregressa dos seus pré-candidatos, para evitar candidatos “ficha suja”, os quais podem ter o registro de candidatura indeferido, pois além da cassação do registro ou diploma, os votos serão retirados do quociente eleitoral no sistema proporcional, prejudicando, assim, o próprio partido;

8 – Observem os requisitos e procedimentos legais referentes à ata das convenções partidárias, especialmente os previstos no art. 6º, §§ 3º a 9º, e no art. 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, inclusive a necessidade de transmissão ou entrega em mídia do arquivo da ata gerado pelo CANDex à Justiça Eleitoral no dia seguinte da convenção;

9 – Acompanhem e fiscalizem para que, na ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura, o respectivo candidato supra a falta pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE nº 55) ou por uma declaração de próprio punho, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, salvo nova previsão do TSE em razão da pandemia de Covid-19;

10 – Caso alguma certidão criminal de candidato seja positiva, prontamente juntem ao respectivo RRC as certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

11 – Caso algum candidato, por exigência legal, tenha que se desincompatibilizar, prontamente juntem ao respectivo RRC a prova da desincompatibilização, com fulcro art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

12 – Diante do exíguo prazo entre o fim das convenções e o registro de candidatura, providenciem com antecedência toda a documentação necessária para preencher e instruir o DRAP e o RRC⁵. Quanto ao DRAP do partido, merece destaque os arts. 22 e 23, da Resolução TSE nº 23.609/2019, e quanto ao RRC dos candidatos, os arts. 24 a 27, da mesma Resolução, que contem um rol de informações e documentos que serão necessários;

13 – Mantenham sob a guarda do partido ou coligação os formulários de DRAP e RCC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, os quais devem ser impressos e assinados pelos responsáveis e guardados até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais, permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado, inclusive para serem exibidos caso sejam requisitados pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE nº 23.610/2019);

14 – Orientem e fiscalizem para que os candidatos, mesmo após escolhidos em convenção partidária, só realizem propaganda eleitoral a partir de 27 de setembro de 2020 (EC 107/2020), nos termos e forma da Resolução TSE nº 23.610/2019, bem como só façam arrecadação e gastos de campanha após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito o candidato;

15 – Em razão da atual pandemia de COVID-19, para evitar aglomerações, realizem convenções virtuais, bem como observem as diretrizes para sua realização fixadas pelo Grupo de Trabalho do TSE (Resolução TSE nº 23.623/2020);

16 – Evitem deixar para os últimos dias o protocolo dos DRAPs e dos RRCs, evitando assim riscos e facilitando o julgamento dos pedidos de registro pela Justiça Eleitoral.

O Ministério Público Eleitoral, na oportunidade, REQUISITA ainda que os diretórios municipais dos partidos políticos informem a esta Promotoria, no prazo de até 5 (cinco) dias após à respectiva convenção partidária:

a) o nome completo das candidatas que compõem o percentual mínimo de 30% da cota de gênero;

⁵ Arts. 18 a 30 da Resolução TSE nº 23.609/2019.



b) o nome completo de eventuais servidores públicos, civis ou militares, que serão candidatos pelo partido.

A resposta deve ser enviada no seguinte *e-mail* [pjeodapolis@mpms.mp.br](mailto:pjdeodapolis@mpms.mp.br) ou entregue na sede da Promotoria de Justiça de Deodápolis, no fórum de Deodápolis.

Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio *e-mail*, se necessário: a) aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Deodápolis e Glória de Dourados; b) ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; c) ao Presidente da OAB local; d) à Câmara de Vereadores, e e) à Prefeitura Municipal.

Os presidentes dos diretórios municipais dos partidos políticos nos municípios de Deodápolis e de Glória de Dourados destinatários desta Recomendação deverão se pronunciar acerca do acatamento da presente Recomendação, no prazo de 5 dias (a iniciar a contagem após o primeiro dia útil do recebimento da presente recomendação), por escrito, destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento e, assim como o não acatamento, ensejará a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Deodápolis/MS, 04 de agosto de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça Eleitoral.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1/2020/PJ/DPS

Disciplina as atividades a serem desempenhadas pelo Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS quanto à elaboração e execução de atos de administração, comunicação e mero expediente sem caráter requeritório ou decisório, bem como estabelece rotinas específicas a serem adotadas, visando o cumprimento de atos normativos internos e externos, aplicáveis ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Promotor de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, Dr. Anthony Állison Brandão Santos, no exercício de suas atribuições e,

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS faz uso regular do Sistema SAJ-MP, o qual confere maior eficiência, controle e celeridade ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - MPMS;

CONSIDERANDO que o art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 14/2017-CPJ, que regulamenta a tramitação dos procedimentos judiciais e extrajudiciais eletrônicos do âmbito do MPMS, prevê a aplicação da referida norma aos inquéritos civis, procedimentos preparatórios, procedimentos de investigação criminal, procedimentos administrativos, notícias de fato e demais procedimentos extrajudiciais em tramitação no âmbito do Ministério Público, aos processos judiciais em que oficia o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, bem como aos registros de protocolo e de atendimento ao público;

CONSIDERANDO que o art. 19 da Resolução nº 14/2017-CPJ confere atribuição ao Apoio Administrativo das Promotorias de Justiça para alguns atos ordinatórios, sem necessidade de determinação específica;

CONSIDERANDO que a delegação da prática dos atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio administrativo, nos procedimentos internos da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significa economia de tempo para o Órgão de Execução;

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 45/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, inseriu, em seu art. 93, XIV, que os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório e, da mesma forma, o art. 129, IX, § 4º, também do texto constitucional, dispõe que as diretrizes mencionadas no dispositivo constitucional anteriormente mencionado aplicam-se ao Ministério Público, no que couber;



CONSIDERANDO que, consoante o art. 203, § 4º, do Código de Processo Civil, “*Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário*”;

CONSIDERANDO que, segundo o art. 21 da Resolução nº 15/2007-PGJ, “*o presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa*”;

CONSIDERANDO que há, portanto, norma interna que autoriza os Órgãos de Execução a delegar aos Órgãos de Apoio Administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais vigentes;

CONSIDERANDO que o art. 1º, "e", da Resolução 2/2001-PGJ, disciplinador da denominação dos atos expedidos pelos órgãos do Ministério Público, prevê que “os atos da administração do Ministério Público deverão obedecer à seguinte classificação: [...] e) Ordem de Serviço, o ato praticado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos demais órgãos de administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e auxiliares (Centros de Apoio, Comissão de Concurso, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e órgãos de apoio administrativo), quando dirigido a funcionários do quadro de serviços auxiliares, com a finalidade de determinar serviços específicos ou criar normas gerais de caráter interno, prescrevendo o modo de atuação dos subordinados em relação a determinado serviço, respeitadas as resoluções dos órgãos de Administração Superior; (grifo nosso);

CONSIDERANDO o advento da Recomendação Conjunta nº 2/2019-CGMP/CAOCRIM, de 18/02/2019, que *dispõe sobre o fomento da cientificação da(o) vítima/ofendido acerca do oferecimento da denúncia e da sentença judicial como praxe processual, tal qual estabelecido no Plano Geral de Atuação para o ano de 2019, na iniciativa estratégica 2 do objetivo 1 na seara criminal*; e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das tarefas do Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS às recomendações e normas da Corregedoria-Geral e do Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul no que tange ao trâmite processual de procedimentos extrajudiciais;

RESOLVE baixar a seguinte ordem de serviço:

Capítulo 1

DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Art. 1º O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, constituído pelo Assessor Jurídico e pelo Técnico I, receberá todos os documentos a ela destinados pelos seguintes meios:

I - físico/presencial;

II - postal;

III – correspondência eletrônica, vinculada exclusivamente ao endereço eletrônico institucional da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, qual seja: “pjdeodapolis@mpms.mp.br”;

IV - remessa de protocolo unificado no Sistema SAJ/MP.

§ 1º – Todo documento, independentemente da forma de recebimento, deverá ser cadastrado como protocolo unificado no sistema SAJ/MP.

§ 2º - Todo documento recebido ou expedido pela Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS deverá ser arquivado em pasta própria no arquivo digital da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS.

Art. 2º Ao Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS incumbe:

I - receber, digitalizar e cadastrar, conforme taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, todos os documentos endereçados à Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, alimentando, organizando e mantendo o respectivo arquivo digital;

II – os documentos recebidos em resposta a requisições, solicitações ou pedidos de providência determinados pela Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS serão identificados através de termo próprio e imediatamente juntados nos respectivos procedimentos;

III – os documentos recebidos, porém não vinculados a requisições, solicitações ou pedidos de providência determinados pela Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, serão identificados através de termo próprio e movidos ao



subfluxo “Ag. Análise do Membro” do fluxo denominado “Protocolo Unificado” do sistema SAJ/MP, para emissão de despacho pelo membro do Ministério Público;

§ 1º - O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, após cadastrar os convites no protocolo unificado, registrará o compromisso na agenda institucional da Promotoria de Justiça, procedendo-se com o arquivamento imediato do protocolo unificado.

§ 2º - As comunicações de prisão em flagrante, após a juntada da manifestação judicial respectiva, serão imediatamente arquivadas pelo Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS.

§ 3º - O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS deverá alertar o Promotor de Justiça sempre que o pronunciamento judicial referente à comunicação de prisão em flagrante recebida não for prolatado dentro do prazo de 24 horas.

Capítulo 2

DO REGISTRO DE ATENDIMENTO

Art. 3º Ao Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS incumbe registrar, alimentar com todos os dados do atendimento, movimentar e acompanhar os registros de atendimento que, obrigatoriamente, deverão ser feitos pelo sistema informatizado SAJ/MP, observado o disposto no art. 33 da Resolução nº 14/2017/CPJ.

Capítulo 3

DOS ATOS DE MERO EXPEDIENTE

Art. 4º O Apoio Administrativo ao proceder com a entrega dos autos de inquérito policial em formato físico ao cartório judicial, extraírá cópia da denúncia, e, na sequência, cientificará à(s) vítima(s) quanto ao oferecimento daquela, quando for o caso, nos termos da Recomendação Conjunta nº 2/2019/CGMP/CAOCRIM e do art. 17, § 7º, da Resolução CNMP nº 181/2017;

§ 1º - O Apoio Administrativo, para fins de cumprimento do *caput*, atentar-se-á para o disposto no art. 1º, § 2º, da presente Ordem de Serviço, devendo arquivar a peça de denúncia em pasta própria, com a comprovação do recebimento e a emissão de certidão informando que o fez em razão da Recomendação Conjunta nº 2/2019/CGMP/CAOCRIM, do art. 17, § 7º, da Resolução CNMP nº 181/2017 e desta Ordem de Serviço;

§ 2º - O Apoio Administrativo deve, ao juntar documentos acompanhados de instrumento de procuração com cláusula ad judicium et extra, cadastrar o respectivo representante legal no Sistema SAJ/MP, consoante orientação do Ofício Circular nº 12/2019/CSMP-PGJ.

Capítulo 4

DA CONCLUSÃO DE DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

Art. 5º O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS fará a conclusão de cadastros no sistema SAJ/MP alocando-os no sub-fluxo “Ag. Análise do Promotor de Justiça”, a partir das hipóteses de:

I – juntada de novos documentos;

II - atendimento à determinação;

III – transcurso do prazo de ofícios, diligências, notificações, ordens de serviço ou qualquer outra providência determinada;

IV – agendamento do comparecimento de pessoas, certificando-se a hipótese de não comparecimento;

V – finalização de documentos (ofícios, notificações, minutas etc.) em atendimento à determinação ou despacho para assinatura do membro do Ministério Público;

§ 1º - A fila “Ag. Cumprimento” dos fluxos do sistema SAJ/MP é destinada ao cumprimento, pelo Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, das determinações encaminhadas pelo membro do Ministério Público àquela fila, e, deverá o responsável pelo cumprimento, lavrar termo de recebimento dos autos informando a data que os recebeu.

§ 2º - O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS apenas poderá mover o procedimento extrajudicial para a fila pertinente, após conferir se houve o integral cumprimento dos despachos e das providências faltantes, salvo, quando faltar 10 dias para vencer o prazo de conclusão do procedimento, sendo a circunstância devidamente certificada pelo Apoio Administrativo anteriormente à conclusão.

Capítulo 5

DO LIVRO DE REGISTRO DE ATENDIMENTO DO PLANTÃO



Art. 6º O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS ficará responsável pela guarda, administração e anotações no livro físico de registro de atendimento em plantão.

§ 1º - No primeiro dia útil subsequente ao plantão realizado pela Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, o Apoio Administrativo, após proceder às devidas anotações no livro, comunicará as Promotorias de Justiça da 1ª Região, encaminhando a cada Órgão de Execução cópia das manifestações realizadas em caráter de plantão, conforme preceitua o art. 11 da Resolução nº 20/2012-PGJ;

§ 2º - No primeiro dia útil de cada mês, o Apoio Administrativo deve cadastrar protocolo unificado no sistema SAJ/MP, nele preparando o expediente de trata o art. 2º, § 4º, da Resolução nº 20/2012-PGJ, o qual deverá ser submetido à análise do membro para assinatura e posterior remessa à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Capítulo 6

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Esta Ordem de Serviço passará a produzir seus efeitos a partir de sua publicação no DOMP/MS, devendo uma cópia ser fixada no quadro de avisos da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS e outras quatro serem encaminhadas ao Centro Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, ao Conselho Superior, ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 8º Revogam-se, imediatamente, a Ordem de Serviço nº 1/2018/PJ/DPS, publicada no DOMP nº 1.877, de 13/12/2018, e a Ordem de Serviço nº 1/2019/PJ/DPS, publicada no DOMP nº 2.017, de 29/07/2019.

Deodápolis/MS, 6 de agosto de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

SONORA

RECOMENDAÇÃO N. 02/2020–PJE/26ºZE

Nº 09.2020.00002565-4

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Sonora e Pedro Gomes, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a proximidade das convenções partidárias (31 de agosto a 16 de setembro – EC 107/2020), bem como a necessidade de os Partidos respeitarem toda a legislação eleitoral, especialmente a Lei 9.504/97 e as disposições da Resolução TSE n. 23.609/2019, que disciplina os procedimentos de escolha e registro dos candidatos nas eleições 2020;

CONSIDERANDO que o órgão partidário municipal deve estar devidamente constituído e registrado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral até a data da convenção (art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que nas Eleições 2020 estão vedadas as coligações proporcionais, ou seja, para vereador, bem como cada partido só pode registrar candidatos até 150% das vagas a preencher (art. 17, § 1º, CF; art. 10, da Lei 9.504/97 e Consulta TSE n. 600805-31/DF);



CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, e no artigo 17, § 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, que determinam que cada partido deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero;

CONSIDERANDO que no cálculo do percentual mínimo (30%), de observância obrigatória, o arredondamento de qualquer fração deve ser sempre para cima, nos termos do art. 17, § 3º, da Resolução TSE n. 23.609/2019 (assim, por exemplo, se o Partido lançar um total de 14 candidatos, terá que ter no mínimo 5 mulheres, pois 30% de 14 é igual a 4,2, que deve ser arredondado para 5, e o máximo de 9 homens);

CONSIDERANDO que o cálculo dos percentuais de candidatos para cada gênero terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido e deverá ser observada também nos casos de vagas remanescentes ou de substituição, sob pena de indeferimento do pedido de registro do partido – DRAP, e, por consequência, o indeferimento de todos os candidatos a vereador daquele partido (art. 17, §§ 4º e 6º e art. 48, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que a inclusão de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, apenas para preencher o percentual mínimo de 30% exigido em lei, pode caracterizar abuso do poder político ou fraude eleitoral, que acarreta o indeferimento ou a cassação de todos os candidatos do partido, mesmo que já eleitos, seja através da Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE (art. 22, da LC 64/90, quando detectado antes da diplomação), seja através da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME (art. 14, § 10, da CF, quando o fato for detectado após a diplomação), conforme vários precedentes do TSE nesse sentido, como, por exemplo, no Recurso Especial Eleitoral nº 19392, de 04/10/2019; na Ação Cautelar nº 060048952, de 12/03/2020 e no Recurso Especial Eleitoral nº 319, de 12/03/2020;

CONSIDERANDO que a apresentação de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, pode caracterizar crime de falsidade ideológica (art. 350, do Código Eleitoral) e ato improbidade administrativa, acarretando para o agente a obrigação de devolver ao erário o que recebido durante a licença, além das demais sanções previstas na Lei n. 8.429/92 (multa, suspensão dos direitos políticos, perda do cargo, etc.);

CONSIDERANDO que os candidatos devem preencher todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidir em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que as causas de inelegibilidades previstas na Lei Complementar n. 64/1990, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), serão aplicadas integralmente nas eleições de 2020, pois foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4578 em 16/02/2012), inclusive sobre fatos pretéritos e pelo prazo de 8 (oito anos) anos do fato gerador da inelegibilidade previsto em lei, o que impõe aos Partidos Políticos critérios rigorosos na escolha e indicação de seus candidatos para que, além de preencherem as condições de elegibilidade, não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade;

CONSIDERANDO que a ata das convenções partidárias deve obedecer aos requisitos e procedimentos formais previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

CONSIDERANDO que a ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura poderá ser suprida pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por declaração de próprio punho do candidato, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, sob pena de indeferimento do registro de candidatura;

CONSIDERANDO que eventuais certidões criminais positivas de candidato devem ser acompanhadas de certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que o RCC já deve ser apresentado com a prova da desincompatibilização, se for o caso, para os candidatos que a lei exige o afastamento prévio, conforme exige o art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;



CONSIDERANDO o prazo exíguo entre o final das convenções (dia 16 de setembro) e o registro de candidaturas (dia 26 de setembro), bem como que o pedido de registro perante a Justiça Eleitoral deverá ser apresentado somente em meio digital gerado pelo Sistema CANDex, com transmissão pela internet, até o dia anterior ou com entrega em mídia à Justiça Eleitoral, até as 19h do dia 26/09, instruídos eletronicamente com vários documentos exigidos pela legislação (ver arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que os formulários de DRAP e RRC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, devem ser impressos e assinados pelos responsáveis. Ademais, os formulários e documentos devem ficar sob a guarda dos respectivos partidos políticos ou coligações até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Podendo, inclusive, serem requisitados à exibição pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

CONSIDERANDO que, mesmo escolhidos em convenção partidária, a propaganda eleitoral dos candidatos só é permitida após 26 de setembro de 2020, nos termos do art. 1º, § 1º, IV, da EC 107/2020, e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como a arrecadação e gastos de campanha só são permitidos após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

CONSIDERANDO que, em razão da atual pandemia de COVID-19, o TSE considerou lícita a realização de convenções partidárias por meio virtual, bem como regulamentou a situação na Resolução TSE n. 23.623/2020, o que restou positivado na EC 107/2020, art. 1º, § 3º, III;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos nas eleições e o tumulto do processo eleitoral, especialmente no processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações;

RESOLVE RECOMENDAR AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NOS MUNICÍPIOS DE SONORA E PEDRO GOMES que, sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:

1 – Verifiquem, antes da convenção, se o órgão de direção partidária municipal está devidamente constituído e regularizado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral, conforme exige o art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019. Em regra, a consulta está disponível no site do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, na aba “Partidos”; ou em contato com mesmo Tribunal;

2 – Diante da vedação das coligações proporcionais, escolham em convenção candidatos até o máximo de 150% das vagas a preencher, nos termos do art. 17, § 1º, CF; do art. 10, da Lei 9.504/97 e da Consulta TSE n. 600805-31/DF;

3 - Observem o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, mantendo estas porcentagens durante todo o processo eleitoral, mesmo no caso de preenchimento de vagas remanescentes ou de substituições, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

4 - Formem suas listas de candidatos a Vereador com no mínimo 30% do gênero minoritário, calculando esse percentual sobre o número total de candidatos efetivamente levados a registro e arredondando qualquer fração sempre para cima, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

5 - Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, ou seja, de pessoas que não disputarão efetivamente a eleição, não farão campanha e não buscarão os votos dos eleitores, especialmente para o preenchimento do mínimo de 30% da cota de gênero, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, que pode ser objeto de ação judicial antes ou depois da diplomação (AIJE ou AIME), bem como possível caracterização de crime eleitoral;

6 – Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas de servidores públicos,



civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, sob pena de caracterização crime de crime eleitoral e ato improbidade administrativa;

7 – Só escolham em convenção candidatos que preenchem todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019), notadamente aquelas previstas no art. 14, § 4º ao 8º, da Constituição Federal, e todas as hipóteses previstas na Lei Complementar n. 64/1990, Lei das Inelegibilidades, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Para tanto, os Partidos devem fazer uma análise minuciosa da situação jurídica e da vida pregressa dos seus pré-candidatos, para evitar candidatos “ficha suja”, os quais podem ter o registro de candidatura indeferido, pois além da cassação do registro ou diploma, os votos serão retirados do quociente eleitoral no sistema proporcional, prejudicando, assim, o próprio Partido;

8 – Observem os requisitos e procedimentos legais referentes à ata das convenções partidárias, especialmente os previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, inclusive a necessidade de transmissão ou entrega em mídia do arquivo da ata gerado pelo CANDex à Justiça Eleitoral no dia seguinte da convenção;

9 – Acompanhem e fiscalizem para que, na ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura, o respectivo candidato supra a falta pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por uma declaração de próprio punho, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, salvo nova previsão do TSE em razão da pandemia de Covid-19;

10 – Caso alguma certidão criminal de candidato for positiva, já juntar ao respectivo RRC a certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

11 – Caso algum candidato, por exigência legal, tenha que se desincompatibilizar, já juntar ao respectivo RRC a prova da desincompatibilização, com fulcro art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

12 – Diante do exíguo prazo entre o fim das convenções e o registro de candidatura, providenciem com antecedência toda a documentação necessária para preencher e instruir o DRAP e o RRC (arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019). Quanto ao DRAP do partido, merece destaque os arts. 22 e 23, da Resolução TSE n. 23.609/2019, e quanto ao RRC dos candidatos, os arts. 24 a 27, da mesma Resolução, que contem um rol de informações e documentos que serão necessários;

13 – Mantenham sob a guarda do Partido ou Coligação os formulários de DRAP e RCC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, os quais devem ser impressos e assinados pelos responsáveis e guardados até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Inclusive, para serem exibidos caso sejam requisitados pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

14 – Orientem e fiscalizem para que os candidatos, mesmo após escolhidos em convenção partidária, só realizem propaganda eleitoral a partir de 27 de setembro de 2020 (EC 107/2020), nos termos e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como só façam arrecadação e gastos de campanha após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

15 – Em razão da atual pandemia de COVID-19, para evitar aglomerações, realizem convenções virtuais, bem como observem as diretrizes para sua realização fixadas pelo Grupo de Trabalho do TSE (Resolução TSE n. 23.623/2020);

16 – Evitem deixar para os últimos dias o protocolo dos DRAPs e dos RRCs, evitando assim riscos e facilitando o julgamento dos pedidos de registro pela Justiça Eleitoral.



Além disso, o Ministério Público Eleitoral REQUISITA que os Diretórios Municipais dos Partidos informem a esta Promotoria, no prazo de até 5 (cinco) dias depois da respectiva convenção partidária: a) o nome completo das candidatas que compõem o percentual mínimo de 30% da cota de gênero; b) o nome completo de eventuais servidores públicos, civis ou militares, que serão candidatos pelo partido. A resposta deve ser enviada no seguinte e-mail pjsonora@mpms.mp.br.

Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio e-mail, se necessário: a) aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Sonora e Pedro Gomes; b) ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; c) ao Presidente da OAB local; d) à Câmara de Vereadores, e e) à Prefeitura Municipal.

Publique, também, no Diário Oficial Eletrônico do MP.

Sonora-MS, 30 de julho de 2020

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor Eleitoral